


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0024210-52.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Ademilson Semensato**
 Tipo Completo da Parte Passiva Principal << **Nome da Parte Passiva Principal << Nenhuma informação disponível >>**
 Nenhuma informação disponível >>:

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Proc. nº 2417/12

Vistos, etc.

Diante do parecer do ilustre representante do Ministério Público, que adoto, não obstante os argumentos lançados na petição inicial, primeiramente, há que se atentar para a circunstância de que já no ato da lavratura do instrumento de compromisso de compra e venda, a curadora não postulou pela autorização judicial para realização do negócio, mesmo ciente de tal necessidade, porquanto determinada na sentença e constante da certidão, mandado, e do termo de compromisso.

Depois, porque nada restou demonstrado nos autos no sentido de que o pretendido negócio se mostra benéfico ao Curatelado, que inclusive, não pode ser responsabilizado pelo pagamento de multa ou qualquer outro tipo de cobrança ou indenização pelo distrato, e porque nenhum direito auferirá o incapaz, não cabendo ao magistrado *data máxima vênia*, presumí-lo.

Diante de tais considerações, é que tem-se por inviável o pleito.

Isto posto, INDEFIRO a expedição do alvará, pelas razões acima, até que seja apresentada proposta benéfica ao curatelado.

P. R. I.

São Carlos, 17 de março de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**